

# METAMORFOSES DE HERMES

## Breve diálogo sobre a dissensão exegética

*O presente texto, na forma e no conteúdo, tem um objectivo sobretudo pedagógico. Nele se "teatralizam", num cenário indelevelmente problemático, algumas posições hermenêuticas mais ou menos "clássicas". Nessa medida se incluíram algumas notas de pé de página... Apesar de escrito há cerca de quatro anos, cremos que este "diálogo filosófico" tem ainda uma certa "actualidade". Pode suscitar alguma reflexão e assim cumprir o referido objectivo.*

A. M. — 1994

### I

#### PRÓLOGO

SOFIA — Ainda bem que te encontro, Hermes. Podes dispensar-me uns segundos?

HERMES — É sempre um prazer escutar-te, Sofia.

SOFIA — Encontrar-me-ei daqui a pouco com Filias e Fénon. São meus colegas de Academia. Discutiremos uma questão que de algum modo tem a ver com o teu nome: a questão da hermenêutica. Eles são bastante instruídos no assunto, mas pertencem a "escolas" diferentes. O mesmo acontece com Suspício. Infelizmente não o pude contactar. Há muito que não o vejo... Ora eu, como sabes, sempre me dediquei mais à Lógica e à Epistemologia. Só recentemente comecei a interessar-me pelo problema da interpretação. Acerca do muito que tenho lido, talvez um pouco apresadadamente, tenho objecções decisivas a equacionar. Por isso com-

binei o encontro com os meus colegas. Discordo das posições que eles defendem. Gostaria de ouvir a tua opinião sobre a tese que vou defender.

HERMES — Com todo o gosto, Sofia. Sabes no entanto que depois da invenção da escrita as coisas complicaram-se um pouco<sup>(1)</sup>. E da morte de vários deuses, é claro. Agora não se pode invocar o nome deles a não ser em vão.

SOFIA — Parte da minha tese tem precisamente a ver com esses dois factos. Recordo que Sócrates comparou os discursos escritos às figuras pintadas que simulam seres vivos. Se acaso as questionarmos, elas não respondem. Ora, acrescentava ele, também os discursos representam as coisas "como se estas estivessem vivas, mas, se alguém os interroga, no intuito de obter um esclarecimento, limitam-se sempre a repetir a mesma coisa."<sup>(2)</sup> Por outro lado, há de facto a considerar a morte dos deuses — pelo menos em sentido metafórico. Na ausência duma "autoridade" universalmente reconhecida, seja ela divina ou humana, textual ou "mundividencial", caímos forçosamente em *jogos de interpretação*<sup>(3)</sup>. Jacques Derrida, a meu ver, explicou lapidarmente este último facto. "A ausência de significado transcendental — diz-nos ele —, estende até ao infinito o campo e o jogo da significação."<sup>(4)</sup>

HERMES — Precisamente por tudo isso surgiram os intérpretes. Ou melhor: por isso é que o fenómeno da interpretação é hoje hegemónico. É de ocorrência universal. Os textos, em

---

(1) Cf. Paul Ricoeur, *Teoria da interpretação — O discurso e o excesso de significação* (1976), trad. do inglês por Artur Morão, Edições 70, Lx, 1987, pp. 37 ss.

(2) Platão, *Fedro*, trad. Pinharanda Gomes, Galeria Panorama, Alfragide (Damaia), s/d, pp. 128-9.

(3) Típico o caso da *exegese bíblica* e os *conflitos de interpretação* desencadeados devido ao não reconhecimento da *Tradição* como critério de verdade ou à "pulverização" da doutrina cristã. Cf. Tzvetan Todorov, *Symbolisme et interprétation*, Seuil, Paris, 1978, pp. 125 ss. (sobre os princípios interpretativos de Spinoza) e pp. 157 ss.; ver tb. Paul Ricoeur, *De l'interprétation — Essai sur Freud*, Seuil, Paris, 1965, p. 33. Para a "morte dos deuses", tomada em sentido analógico, ver Henri Lefévre, *A vida quotidiana no mundo moderno* (1968), trad. do francês por Jorge Alvarez, Editora Ulisseia, Lx, s/d, pp. 155-194 ("A queda dos referenciais").

(4) Jacques Derrida, *L'écriture et la différence*, Seuil, Paris, 1967, p. 411.

particular, precisam de medianeiros que os valorizem e os façam falar. Substituem-se aos autores e suprem o diálogo impossível com eles. Presumo no entanto que estes, da rigidez das suas sepulturas, se os pudessem escutar...

SOFIA — Exactamente, Hermes. O que defendo é que não pode haver uma interpretação *objectiva*. É impossível interpretarmos seja o que for sem recorrermos a *categorias interpretativas*. Ora essas categorias, além de diferirem de intérprete para intérprete, carecem de intuições correspondentes. Com efeito, qualquer interpretação supõe uma transposição da *letra* interpretada (da sua mera dimensão *literal*). Interpretar, em última análise, equivale a traduzir, e traduzir, como sabemos, equivale a trair. Em suma: de nenhum critério dispomos para podermos asseverar que dada interpretação é *objectiva* ou *rigorosa*. Sei no entanto que Filias e Fénon, por motivos diferentes, não concordam com isso. Conheço os escritos deles sobre o assunto. Defendem o contrário. A isso chamo eu a *falácia da hermenêutica*.

HERMES — Concordo inteiramente contigo. Não é por acaso que já não sou o mensageiro dos deuses. Se não o sou é porque eles já não existem (pelo menos como antigamente: já o constatámos). Mas mesmo que existissem: mesmo que existissem, os homens continuariam a interpretar de modos diversos as suas palavras. Cada um continuaria a ver nelas a sua verdade. Ora isto da "verdade", por outro lado, tem muito que se lhe diga. Existam ou não existam deuses. Devo dizer-te uma coisa: algumas das minhas mensagens, aquelas que eu corria a trazer aos humanos, eram inteiramente falaciosas. Outras, ou parte delas, perdiam-se simplesmente durante o meu percurso. A distância temporal, assim como as diversas crenças, teorias e interesses daqueles a que se destinavam, de qualquer modo, não permitiriam que elas fossem recebidas *de modo puro* — sem mácula e sem distorção. Porque afinal, amiga Sofia, cada um tem os seus ouvidos e os seus "óculos transcendentais". A sua forma particular de visão e os seus entraves a uma pura recepção. Julgo que estás a pensar em tudo isto quando afirmas a tua tese.

SOFIA — Exactamente. Alegro-me com aquilo que dizes. É que tu falas *por experiência própria*. Posso agora enfrentar Filias e Fénon com mais segurança. Mas tenho ainda alguns problemas...

HERMES — É naturalíssimo...

SOFIA — Bem. Como compreendes, a mim é que compete o *ônus da prova*. Eles defendem posições mais ou menos consolidadas... Ora a minha tese tem ainda alguns pontos fracos — embora pontos de pormenor, convenhamos. Estou absolutamente certa que os teorizadores mais proeminentes da hermenêutica incorreram numa falácia. Na verdade, até em mais do que uma. Mas para o demonstrar tenho de invocar aspectos bastante movediços. E tenho de seguir por uma certa ordem de generalidade.

HERMES — Mas isso é inevitável, Sofia! Nada é absolutamente seguro. Dificilmente há *argumentações inconcussas*. Além disso: claro que a tua tese não pode respeitar a textos que em si mesmos aspiram, em acordo com a materialidade da sua constituição, a uma multiplicidade de leituras <sup>(5)</sup>. Por outro lado, visto que existem diferentes géneros de discursos — em verdade uma diversidade não delimitável *a priori* ou *a posteriori* — a tua tese só pode ser como uma espécie de *modelo abstracto* exemplificável nestes ou naqueles casos concretos. Mas não te apoquentes com isso! Qualquer tese incorre nessa situação. A própria tese que pretendes rebater: *que pode haver uma interpretação rigorosa e objectiva*. Quanto julgo, é contra isso que te insurges e não contra outra coisa.

SOFIA — A tua suave ironia, amigo Hermes!... Mas adiante. Arquivo a tua insinuação... Eu estava a pensar numa outra dificuldade. São muitos os autores que se dedicaram à hermenêutica, e por vezes, mesmo aqueles que se inserem na mesma "escola" ou na mesma "corrente", defendem posições ligeiramente diferenciadas. Ora eu não me posso perder nesses pormenores. Atacarei mesmo a questão pelo lado da sua generalidade. Só posteriormente, no *Relatório* que penso escrever sobre o meu encontro, incluirei algumas "notas críticas"... Além disso, há um ponto que pretendo frisar. Um ponto que de certo modo tem a ver com a tua subtil observação de há pouco. Para mim a *falácia da hermenêutica não significa a falência da hermenêutica*. Quase pelo contrário: relevar tal falácia redundaria em explicitar as condições reais do exercício de qualquer interpretação que se pretenda rigorosa e objectiva. Apenas mantenho que não se pode afuir a esse pretensão

---

(5) Ver a propósito Umberto Eco, *Obra aberta*, trad. do italiano por Sebastião Uchoa Leite, Editora Perspectiva S. A., São Paulo, 1976.

rigor e objectividade. Com a seguinte adenda: certamente que essa impossibilidade tem as suas "gradações"...

HERMES — Compreendo-te perfeitamente, Sofia. Talvez não consiga é *explicar* cabalmente aquilo que compreendo. Mas isso compete-te a ti. Estou certo que os teus colegas vão sentir dificuldades perante os teus argumentos. Não te esqueças que eles têm de *compreender* e *explicar* a tua própria posição. Mas há outra coisa que não deves esquecer: também tu necessitas de compreender *exactamente* a posição deles...

SOFIA — Mais uma vez a tua ironia, amigo Hermes... Ou o teu humor... Por vezes não distingo bem as duas coisas. Mas não interessa! Invocaste dois termos que, para mim mesma, são ainda um tanto obscuros. Ora eu terei de lidar com eles inevitavelmente... Mas enfim: nem tudo se consegue compreender e explicar, não é verdade? Não deixa de ser um facto significativo que isso ocorra precisamente com dois termos fundamentais para a hermenêutica: *compreender* e *explicar*. Lá me arranjarei como puder!

HERMES — Espero que seja um diálogo frutuoso, Sofia. Mas já agora! Gostava que satisfizesses uma última curiosidade. Falas na falácia da hermenêutica. Dizes que essa falácia consiste essencialmente em pretender o labor interpretativo aceder ao rigor ou objectividade. Mas não haverá "temas" ou "motivos" que são os pressupostos de tal pretensão, os quais a tua própria tese terá de rebater?

SOFIA — Claro que sim! Aquela pretensão está subjacente o motivo da *plena luminosidade*, assim como os temas do *interior/ exterior*, do *latente/patente* nos textos, ou do *espírito/matéria*. Sem se admitir estas oposições, nem sequer haveria lugar para a tarefa interpretativa. E se não se admitisse aquele motivo, simplesmente não haveria a pretensão ao rigor e objectividade. Nesta pretensão, com efeito, supõe-se que as oposições que referi devem e podem ser eliminadas intiramente. Supõe-se que algo que no texto estava oculto, impensado, ou intricado, pode ser desdobrado e expor-se a uma luminosidade plena. Com isso, de resto, estão intimamente relacionadas as palavras *compreender* e *explicar*. Se já te sugeri que estas palavras para mim *fazem problema*, é precisamente porque não aceito aquelas oposições *como oposições*, ou então porque não vislumbro como é que, a existirem elas de facto, podem ser eliminadas. Tens aí os aspectos fundamentais que estão

coligados à tese que defendo. A *falácia da hermenêutica*, mais precisamente, materializa-se na inevitável anfibologia entre os pares de cada oposição acima referida. E num outro facto que daí decorre: o *círculo vicioso* em que qualquer intérprete se verá enredado. Defendo que não há modo de sair dele vitoriosamente. Sustento, portanto, que qualquer interpretação será *viciada* — se pretender a um absoluto rigor ou objectividade. E aí tens, amigo Hermes, praticamente tudo o que tenho a dizer sobre a matéria que irei discutir. O resto, que agora não te posso adiantar, são pormenores. E tenho que ir. Já vou chegar atrasada.

HERMES — Foi um prazer escutar-te, Sofia. Estimo que a nossa conversa tenha servido para clarificares algumas ideias. Julgo que foi para isso que me abordaste. De outro modo, deixa que te diga, todo este tempo teria sido inútil. Sabes que, pelo menos em parte, eu sou *um puro fantasma*. Posso muito bem defender várias coisas ao mesmo tempo. Tudo depende das pessoas que me *invocam* quando supõem que me encontram. Assim como da sua *flexibilidade de consciência*. Porque, em rigor, eu estou em toda a parte e não estou em sítio nenhum. Nem física nem teoricamente. De qualquer modo: o diálogo é sempre frutuoso...

SOFIA — Nem sempre, amigo Hermes! Mas também não é inútil falarmos connosco mesmos. A *prática do espelho* tem as suas virtudes. Sobretudo se conseguirmos pôr o pensamento a "ensaiar" no rosto.

HERMES — Como assim, Sofia?

SOFIA — Se conseguirmos pôr o pensamento na via da metamorfose. Para isso é que servem os *puros fantasmas*. Só é pena que nem sempre os consigamos manipular devidamente. Vamos lá a ver... Terás certamente notícia do meu encontro...

## II

### O MITO DA PLENA LUMINOSIDADE

FÍLIAS E FÉNON — Ora viva, Sofia!

SOFIA — Como passam? Desculpem lá! Espero que não tenham esperado muito...

FÍLIAS — De modo nenhum! Há males que vêm por bem. O caminho da nossa conversa está antecipadamente encurtado.

SOFIA — Não percebo...

FÍLIAS — O Fénon acaba de me referir a tese que sustentas. Soube-o através dum aluno dele. Não é assim? Isto de ter alunos em comum tem as suas virtudes! Mas deixa que te diga... Devias abster-te de te meter em áreas, nas tuas aulas, que ainda não dominas perfeitamente. Eu, pela minha parte, nunca pus em causa aquilo que ensinas. O Fénon, quanto sei, também não. Mas esqueçamos este pormenor...

SOFIA — Peço-vos imensa desculpa. Por vezes o entusiasmo leva-me a gestos menos convenientes... Mas prometo que não tereis mais razão de queixa. Há de facto circunstâncias em que devemos manter em silêncio aquilo que pensamos. Há coisas que temos de ocultar, pelos vistos!... E assim entramos na questão que aqui nos trouxe. Permanecer oculto parece ser próprio dos textos. É isso o que vocês pensam, se bem julgo...

FÉNON — Esse teu pendor para a identidade, Sofia... Como sabes, Filias e eu estamos em desacordo relativamente a muitos aspectos do oculto, da luz, da interpretação, etc. Pelo contrário, se bem percebi o que o nosso aluno me disse, fazes de conta que nós somos uma e a mesma pessoa. Que defendemos exactamente as mesmas posições. Se assim julgas caís numa notória falácia!

FÍLIAS — É isso mesmo, Sofia!... Mas vamos ao assunto. Já sabemos a tese que defendes. É porém indispensável que no-la *explícites* melhor. Sobretudo aquilo do interior/exterior, da compreensão e explicação, isso da luminosidade, etc.

SOFIA — Começemos então. Foi um dos teus mestres, o ilustre Dilthey, quem disse que a arte da exegese ou interpretação consistia em "*compreender as manifestações vitais fixadas numa forma durável*"<sup>(6)</sup>. Definindo a *compreensão*, por outro lado, dizia consistir ela no "*processo pelo qual conhecemos um 'interior' através de signos percebidos do exterior pelos nossos sentidos*"<sup>(7)</sup>. E não se ficava por aí. Defendia que a inteligibilidade de pessoas, textos ou manifestações espirituais do passado, por mais distante

---

(6) Wilhelm Dilthey, "Origines et développement de l'herméneutique" (1900), in *Wilhelm Dilthey et l'anthropologie historique*, apresentação, escolha de textos, cronologia e bibliografia por Angèle Kremer-Marietti, Éditions Seghers, Paris, 1971 (pp. 130-149), p. 133.

(7) *Id.*, p. 132.

que este fosse, podia aceder a uma *validade universal* <sup>(8)</sup>. Julgo que isto elucida bem aquilo que disse e vós bem ouvistes. Mais coisa menos coisa, a posição de Dilthey não diferia da de Schleiermacher <sup>(9)</sup>. Sabes isso melhor do que eu...

FÉNON — Mas tu também sabes que não é essa a minha perspectiva, Sofia. Portanto não mistures as coisas. Eu expressamente defendo que o *conhecimento filológico* (ou qualquer outro que lhe seja análogo) não pode pretender à objectividade das ciências exactas. Que há pressupostos e uma compreensão prévia a qualquer interpretação. Em consequência disso poderá haver *rigor interpretativo*, mas não objectividade no sentido mais habitual desta palavra. O homem, inevitavelmente, é um *ser-no-mundo*. Não pode despojar-se dos "conteúdos" do seu próprio mundo para afluir a um texto escrito por um autor, num passado remoto, e interpretá-lo sob o modelo da "tábua rasa". Diferentemente do que defende Filias, para mim de nada serve a *intencionalidade* ou o *espírito* do autor de um texto. É coisa que imaculadamente não podemos captar. E ainda bem, dum ponto de vista interpretativo...

SOFIA — Compreendo perfeitamente, Fénon. Falas como bom discípulo de Heidegger <sup>(10)</sup>. Mas já aí reside um problema.

---

(8) *Id.*, pp. 1130-1. Trata-se do ideal *filológico* — restauração do *sentido histórico* das civilizações passadas. Sobre as técnicas interpretativas dos filólogos mais proeminentes do séc. XIX — F. A. Wolf, F. Ast e A. W. Boeckh —, ver Tzvetan Todorov, *op. cit.*, pp. 137-149. Sublinhe-se que, para Dilthey, a hermenêutica, baseada na *compreensão*, era tida como disciplina intermediária "entre a filosofia e as ciências históricas", e como "uma base essencial das ciências do espírito." (Dilthey, *op. cit.*, p. 149).

(9) Sobre a posição de Schleiermacher ver Peter Szondi, "L'herméneutique de Schleiermacher", *Poétique*, I (1970), 2, pp. 141-55; Dilthey, *op. cit.*, 143-49; Todorov, *op. cit.*, 150-6. Este último autor, assim como Dilthey, evidencia alguns aspectos que diferenciariam a teoria hermenêutica de Schleiermacher da dos filólogos referidos na nota anterior: recusa, nomeadamente, da divisão da interpretação em *gramatical* e *histórica*; não concessão de privilégio à intencionalidade dos autores dos textos (devido à *teoria do génio* e correlativa "criação inconsciente"); abandono do "cientismo positivista" ao considerar a interpretação, *como uma arte*.

(10) Cf. Heidegger, *El ser y el tiempo* (1927), trad. do alemão por José Gaos, Fondo de Cultura Económica, México, 5.ª ed., 1977, parágrafos 6 e 32.

Foi isso o que *rigorosamente* disse Heidegger? Qual o *sentido* daquilo que ele disse? É claro que não serei eu a saber responder, sem eventual engodo, a estas interrogações. Mas não é isso o que agora importa. Não defendes tu que há sempre algo de *impensado* nos textos? Que interpretar consiste essencialmente em *iluminar*? Que interpretar é desenvolver ou explicitar melhor aquilo que previamente se compreendeu? <sup>(11)</sup>.

FÉNON — Claro que sim...

SOFIA — Muito bem! E não envolve isso a suposição de que há precisamente um *interior* a ser desinteriorizado numa manifestação iluminante? Algo que deve ser exteriorizado e portanto tem um exterior? Ora, pelo menos aí, há um ponto de contacto entre as tuas posições e as de Filias. Dele partem as vossas perspectivas hermenêuticas, ainda que sejam diferenciadas noutros pontos.

FÍLIAS — Isso é verdade, Sofia. E daí?

SOFIA — Daí que de facto vocês supõem existir um *interior* e um *exterior* dos textos, e que essa dualidade pode ser resolvida numa plena iluminação do sentido desses mesmos textos. Se um fala em *objectividade* e outro em *rigor* interpretativo, isso é de somenos. O que eu contesto é aquela dualidade. Baseio-me para tal nas gramáticas dos termos "compreender" e "explicar".

FÉNON — Espero que me *ilumines* a esse respeito!...

SOFIA — Ora vejamos. Só quando se supõe que há algo de *oculto* nos textos (o tal "interior", o que é "latente"), surge o motivo para *compreender* e *explicar*. Explicar significa etimologicamente desdobrar, desenlaçar algo, iluminar algo que estava encerrado. É o contrário de *implicar*. Consiste portanto em tornar manifesto e inteligível aquilo que está implicado mas não explicitado (não imediatamente visível). Sabemos em que consiste a explicação no âmbito das *ciências da natureza*. Por ela, através de leis, hipóteses ou teorias, relacionam-se entidades ou factos

---

(11) É ainda a posição de Heidegger que está a ser invocada. Sobre o tema da *iluminação hermenêutica* cf. *op. cit.*, parágrafo 7, e *Acheminement vers la parole*, trad. do alemão por F. Frédier, Gallimard, Paris, 1976, pp. 94-115. Sobre o tema do "impensado nos textos" ver também esta última obra (pp. 116, 125), e "Identité et différence" (1957), trad. do alemão por André Préau, in *Questions I*, Gallimard, 1968, Paris (pp. 253-308), p. 283.

aparentemente sem nexos. A "ratio" dessa relação tanto pode basear-se em alguns elementos do domínio a explicar, em elementos exteriores a esse domínio, ou elementos pertencentes à sua estrutura subjacente (12). Em qualquer dos casos, no entanto, apenas se toma em consideração *um número reduzido das variáveis em jogo* — o que desde logo pode acarretar que qualquer explicação seja uma explicação limitada. Ora, se o for, isso significa que se pressupõe efectivamente a dualidade que estávamos a considerar, sem que todavia ela seja eliminada inteiramente. Admitamos que algo é iluminado num processo explicativo. O que sucede é que não podemos saber qual a gama de penumbra que ainda persiste associada ao objecto iluminado. Não podemos saber se estamos numa zona dele que ainda é apenas interior-exterior. Não existe critério para a exterioridade total duma *iluminação*.

Vejamos agora o *compreender*. Significa etimologicamente *(a)preender algo juntamente com...* Implica pois uma *intimidade* quase total com o objecto compreendido — *a eliminação de qualquer estranheza*. Ora, para que não subsistam rastros de estranheza relativamente àquilo que se compreende, exige-se algo que é impossível fisicamente (*e metafisicamente!*). Que quem compreende se coloque no lugar do compreendido. No entanto: se isso fosse possível, estaria aquele que compreende no exterior ou no interior do compreendido? Enfrentamos portanto um obstáculo à plena compreensão seja do que for. A eliminação da estranheza pode ser somente ilusória. Além de que, a ser realmente efectiva, exigiria a entrada em cena da explicação...

FILIAS — Por isso mesmo, Sofia, é que, a par da *interpretação gramatical* dos textos (onde se podem fazer intervir factores históricos), eu defendo, como o fez Schleiermacher, o recurso à *interpretação psicológica*. O intérprete deve penetrar no *espírito da obra* e ter em conta a personalidade do seu autor. O ideal

---

(12) Cf. Francis Halbwachs, "Causalité linéaire et causalité circulaire en physique", in Vários, *Les théories de la causalité*, PUF, Paris, 1971 (pp. 38-111). O autor fala, respectivamente, em *explicação homogénea, heterogénea ou causal, e batígena* (do *bathus* grego = profundo) — pp. 44-6.

é que entre numa espécie de *empatia* com este <sup>(13)</sup>. Nos textos sempre se materializa "uma forma de vida" e uma "actividade do espírito". O que tu sugeres ser impossível não o é. Basta que aquele que vai interpretar se despoje completamente dos seus preconceitos, da sua mundividência particular, dos conteúdos discursivos do tempo histórico em que vive. Então poderá aceder ao próprio *interior* da obra a interpretar. Apenas jogaste com meras palavras, Sofia!...

FÉNON — Bom! Pela minha parte direi que é indispensável uma espécie de convívio vital com o *sentido do ser* e com os textos enquadrados nesse sentido. Há de facto algo que neles está *oculto* ou *impensado*. Isso pode ser exteriorizado. Pelo menos em parte. Mas em função dos desígnios existenciais do intérprete e não da personalidade ou suposta intencionalidade dos autores dos textos. São os próprios textos, quando textos de um autêntico pensador, que nos indicam aquilo *que há a repensar*. Solicitam a nossa tarefa interpretativa... As oposições que tens vindo a referir, por outro lado, não considero que sejam *reais oposições*. Pertencem ao vocabulário de um tipo de Metafísica que eu contesto. Muito embora — tenho de reconhecê-lo —, não o consiga abandonar inteiramente <sup>(14)</sup>. A Sofia, pelo contrário, usa e abusa desse voca-

---

(13) Esse ideal, contudo, nem sempre seria exequível, segundo Schleiermacher. Mas a "personalidade" do autor deveria de facto ser tida em conta, tal como materializada, inclusive, no conjunto dos seus escritos. Nisso assentaria a *interpretação psicológica*, baseando-se a *interpretação gramatical* no recurso à "língua" e "memória colectiva" em que se incluísse o texto a interpretar. De ambas estas interpretações, entretanto, deveria ser exaurido o *sentido* do texto, não tendo elas desígnios separados ou discordantes. Para pormenores respeitantes ao assunto em apreço consultar a bibliografia indicada na nota 9.

(14) Alusão, mais uma vez, a posições teóricas de Heidegger. Cf. *El ser y el tiempo*, ed. cit., parágrafos 6 e 7, e *Acheminement vers la parole*, ed. cit., pp. 87-139 (diálogo com um japonês, onde se desenvolve e exemplifica admiravelmente a problemática sinalizada...). Para o filósofo tudo radica na "diferença ontológica" *entes/Ser*, sendo "o *ser* dos entes" que permanece *oculto*, ou recai no estado de *encoberto*, "ou só se mostra 'desfigurado'" (*El ser...*, p. 46). Essa diferença, entretanto, será sobretudo uma *co-pertença*, nunca Heidegger a presumindo como absolutamente eliminável. Deste modo, mais do que *oposição* entre o *manifesto* e o *oculto*, haverá uma *co-operação*... As dificuldades para exprimir este "estado de coisas" são bem evidenciadas na seguinte consideração: para captar o *ser* dos entes, faltam, na maioria dos casos, "não só as palavras, mas sobretudo a *gramática*." (*El ser...*, p. 49).

bulário ao tentar interpretar-nos. Cai automaticamente nos vícios que aparenta denunciar. Sem usar tais oposições só lhe restaria o silêncio. Se não a conhecesse suficientemente, diria mesmo que apenas está a efectuar *um exercício de sedução*...

SOFIA — Essa é forte, Fénon!... Não comento as tuas últimas palavras... Insisto na minha ideia fundamental. Sem o *mito da plena luminosidade*, ainda que funcionando como simples *ideal*, não teriam sentido as vossas perspectivas acerca da interpretação. É esse mito que eu contesto. Terei de voltar de novo às gramáticas do *compreender* e do *explicar*...

FÉNON — Podes fazê-lo mas não te esqueças duma coisa. Vinco mais uma vez que não defendo o mesmo que Filias. Não sustento, por exemplo, que se pode compreender um autor melhor do que ele próprio se compreendeu<sup>(15)</sup>. Compreende-se *de modo diferente*. Admito perfeitamente, e disso faço credo, que não se pode afluir, no estado da *tabula rasa*, a um tempo histórico diferente do nosso e às criações culturais que aí tiveram lugar. Compreendo parte das objecções que insinuaste relativamente a uma compreensibilidade plena. É sempre a partir das nossas próprias concepções que interpretamos seja o que for<sup>(16)</sup>. Mas já quanto à explicação, deixa que te diga. A questão hermenêutica dos textos não é uma questão explicativa. Pelo menos ao jeito da explicação que ocorre nas ciências da natureza.

SOFIA — Muito bem, Fénon! Sei perfeitamente que sustentas que o intérprete está *simultaneamente próximo e distante* do ser dos textos. Não admites, é certo, que haja algo de equivalente a uma essência anterior ou posterior que regule o exercício da interpretação. Sempre persiste para ti a possibilidade de novas

---

(15) Cf. Heidegger, *Achémement...*, ed. cit., p. 125.

(16) Cf. *El ser y el tiempo*, ed. cit., parágrafo 7. Aí exprime Heidegger o modo como o "homem" está sempre situado numa *temporalidade histórica* própria, e no interior duma *Tradição* que "governa" todo o seu olhar sobre o passado (assim como o seu presente). Essa *Tradição* pode funcionar como "ocultamento" daquilo que outrora foi "original". Mais radicalmente: pode impedir uma "apropriação criadora" daquilo que no passado foi pensado. Esta "apropriação criadora" é que seria para Heidegger o designio fundamental da hermenêutica textual (diferentemente do que sucederia ao nível duma "exegese filológica 'positiva'"). Entretanto: a *Tradição* não exercia apenas, segundo o filósofo, uma função negativa. Tudo dependeria do modo como dentro dela nos situássemos...

interpretações. Mas por tudo isso: nisso supões que em face de um texto ou de um intérprete há sempre um horizonte de sentido a ser desvelado. A explicitar incessantemente. Admites portanto uma espécie de *exterioridade intrínseca* dos textos, a qual se reitera sempre numa *interioridade* a ser exteriorizada. Disseste há pouco que não aceitavas propriamente as oposições interior/exterior, etc. Mas também sugeriste que não poderias passar sem esse vocabulário. Pois bem! Aí tens o modo como ele será aplicável à perspectiva que subscreves. Quanto a mim o caso é inteiramente diferente. Apenas uso aquelas oposições como *modos de falar*. Como instrumentos de análise e de crítica. Depois de servirem para o escopo que tenho em vista, lanço-os pela borda fora...

FÉNON — Bom. Esqueçamos isso! Que se segue agora?

FÍLIAS — Exactamente, Sofia! Tenho estado calado. Não preciso dizer que ainda não me convenceste. Nem sequer, como Fénon, tento contra-argumentar... A ti, como aceitarás, é que compete o *ónus da prova*. Mas ainda nada provaste!

SOFIA — Admitamos que não! Tentarei agora ser mais precisa... Como já sugeri, não podeis pretender a interpretações *objectivas* ou *rigorosas* dos textos. Tomo de novo as gramáticas de *compreender* e *explicar*. Em última análise, ambos esses termos remetem para o *princípio leibnizeano da razão suficiente* <sup>(17)</sup>. Primeiro, devemos saber *como é algo*. Depois, *por que é assim e não de outra maneira*. Com efeito, e entre outros aspectos, ao fazerdes uma interpretação, não vos podeis furtar à exigência de explicar por que interpretais de um modo e não de outro. Tendes portanto de *fornecer razões*, e razões que inclusivamente respeitem àquilo que num texto se diz. Porque se diz nele uma coisa e não outra? Para tudo isto necessitais, em suma, de compreender e explicar. Mas pensai bem! Uma compreensão, para ser plena, exige a *intellecção imanente* de toda a trama de relações em que se enquadra o compreendido. E de modo análogo uma explicação plena. Que sucede na prática, contudo? Qualquer resposta a um "porquê?" suscita sempre um novo "porquê?". Suscita um processo que se reitera indefinidamente. Não é por acaso que em Kant as *categorias da relação* (a Substância, a Causalidade e a Comunidade) remetem

---

(17) Cf. Leibniz, *A Monadologia*, trad. António Novais Machado, Casa do Castelo — Editora, Coimbra, 1947, parágrafos 32-39.

para *Ideias da Razão* — que só podem funcionar como princípios heurísticos (“reguladores”) duma indagação ilimitada<sup>(18)</sup>. Não é por acaso, por outro lado, que o próprio Leibniz, ao formular o *princípio da razão suficiente*, adianta que muitas razões relativas ao ser-como-ser de algo nos são inteiramente desconhecidas, e para o domínio das coisas contingentes as diz mesmo sediadas em Deus. Há portanto uma limitação humana relativamente ao ideal da plena compreensão ou explicação seja do que for. Estamos *sempre a menos* relativamente aos “porquê’s?” que nos dariam conta da total exteriorização de algo. Consequência: *persistimos sempre num exterior que é ainda interior ou num interior que é ainda exterior*. Trata-se duma situação análoga àquela que se implica na topologia do *anel de Moebius*. Do ponto de vista epistémico, assim como do ponto de vista interpretativo, não há contornos definidos para as dualidades interior/exterior, oculto/manifesto, etc. Por isso as contesto. Pelo contrário vós: sem as admitirdes previamente, e sem postulardes que elas podem ser anuladas, não podereis manter a tese da *objectividade* ou *rigor* interpretativo. Fénon diz que não as admite. Admite-as a contragosto. Ou no sentido que há pouco indiquei...

Um outro aspecto da questão. *Não há explicação sem prévia compreensão e vice-versa*. Isso se intercala fenomenicamente na limitação interpretativa de uma e outra. Podem funcionar como complemento uma da outra. Mas dessa complementaridade, pelos motivos que já expus, nunca pode resultar *uma completude* da iluminação interpretativa. Wittgenstein viu bem este problema, se bem o interpreto, ao distinguir entre *gramática das causas* e *gramática das razões*, e ao mostrar como essas duas gramáticas na prática se entrecruzam devido à ambiguidade da expressão “porquê?”. Como ele dizia, sempre que não dispomos de mais razões a fornecer (por “razões” ele entendia “motivos”), tendemos a dar *uma causa* e estancamos aí o processo<sup>(19)</sup>. Também pode-

---

(18) Cf. Kant, *Prolégomènes a toute métaphysique future*, trad. J. Gibelin, J. Vrin, Paris, 1974, pp. 109-10; *Crítica da razão pura*, trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, pp. 487-94; pp. 533-51.

(19) Cf. Ludwig Wittgenstein, *Los cuadernos azul y marrón*, trad. do inglês por Francisco Gracia Guillen, Editorial Tecnos, S.A., Madrid, 1976 [*Cuaderno azul*: 1933-34], pp. 41-3.

ríamos dizer o inverso. O facto, de qualquer modo, é que temos de parar algures, sendo-nos impossível fornecer todas as causas e todas as razões seja do que for. Pois bem. Nada disto implica que não possamos interpretar razoavelmente um texto, no sentido de indicar o que nele se diz. Implica é que, incluindo-se o que nele se diz, inevitavelmente, numa ordem de razões e de causas, o texto insere-se num horizonte que nele não está inteiramente manifesto. Admitamos que é a sua dimensão oculta ou latente. A sua objectividade plena é indissociável de tal dimensão. Mas não a podemos perscrutar totalmente. Ora aí está!

FÍLIAS — Ora aí está o quê, Sofia? Acabaste por te contradizer...

FÉNON — Evidentemente que sim! Afinal é ou não possível interpretar um texto?

SOFIA — Se bem percebo, o vosso problema não é interpretar um texto mas o *sentido de um texto*. Aí é que bate o ponto... O *sentido de...* e não o *texto*, é que tem a ver com o horizonte que eu referia. O *sentido de...* é por natureza *integrativo* e *transcendente*. É algo que, desde que instaurado, logo difere e transmuda aquilo de que se supõe ser o sentido. Este facto está bem indiciado na teoria dos *quatro sentidos* da Sagrada Escritura, e na "história" interpretativa a que esta deu azo. Interpretava-se-a *em função de uma outra coisa* e não em função dela mesma. E daí os conflitos e guerrilhas de interpretação<sup>(20)</sup>. A lógica da compreensão e da explicação era bloqueada, para depois ser desvirtuada ou tomar por objecto uma outra coisa diferente da matéria a interpretar. Por exemplo, e no caso: *as várias teorias teológicas!* O sentido da Escritura podia e pôde caucionar essas várias teorias. Em última análise, é portanto esse elemento etéreo do sentido que faz problema. É nele que vós fazeis assentar as vossas perspectivas hermenêuticas. É ele que suscita as tópicos do "interior" ou do "oculto". Em suma, e revertendo ao vosso caso. Por um lado, quando falais em "interpretar", esta tarefa para vós só tem a pertinência se admitirdes que vos é possível penetrar

---

(20) Segundo Dilthey, *op. cit.*, pp. 138 ss., a hermenêutica nasce mesmo, como disciplina, de *um conflito entre interpretações* incidente sobre as relações entre o *Antigo* e o *Novo Testamento*. Conflito, desde o início, entre as escolas teológicas de Alexandria e de Antioquia.

num "interior" ou "oculto". Quando falais em objectividade ou rigor interpretativo, por outro lado, supondes que esse "interior" ou "oculto" foi desventrado. Ora o que sucede, em acordo com a *sinuosa lógica do sentido* (para não dizer "etérea"), é que qualquer texto terá muitas zonas interiores ou ocultas. Tantas quantas se queira! E diversas de intérprete para intérprete! Donde: tendes uma noção "fabulosa" ou demasiado exigente da interpretação. E sobretudo: a vossa desmesurada exigência nunca se pode converter numa experiência. A vossa intenção interpretativa não é exequível. Daí a vossa *falácia*.

FÉNON — Bom. Admitamos que sim! Mas que contrapões tu às nossas posições?

SOFIA — Por enquanto nada de positivo. Ou melhor: poderei dizer que qualquer interpretação, no sentido forte do termo, só pode redundar *numa perspectiva de...* Essa perspectiva não tem necessariamente a ver com as ideias de rigor ou objectividade... Mas adiante! O que está em causa são as vossas posições teóricas e não a minha. Deixai por isso que explicito melhor alguns aspectos que subjazem à tese que defendo (e que a suportam). Em primeiro lugar, afirmo que não dispomos de critério para delimitar claramente os contornos entre o *interior* e o *exterior* seja do que for — e muito em particular dos textos. Em segundo lugar, afirmo que não há uma fronteira claramente definida entre *explicar* e *compreender*. Em terceiro lugar, e como corolário: não pode haver uma compreensão ou explicação cabal de coisa nenhuma. Por outras palavras: não há condições transcendentais suficientes para podermos asseverar que dada interpretação dum texto é objectiva ou rigorosa. Objectiva e rigorosa, quando muito, só poderia ser a mera transcrição literal de um texto. E mesmo essa... Mas evidentemente que não é isso que vós entendeis por "interpretar".

FÍLIAS — Não exageres, Sofia!... Tens cometido *falácias* sem conta... Nomeadamente a *ignorância da questão*. Tu é que pressupões exigências interpretativas que eu mesmo nunca coloquei! Nem os meus mestres: Dilthey ou Schleiermacher. Interpretar é fundamentalmente compreender. E isso é possível. Já o disse como. Em nada as tuas últimas "explicações" me convenceram.

FÉNON — Os teus argumentos, amiga Sofia, são notoriamente obscuros. Posso também fazer minha a observação do Filias quanto às tuas *falácias*. É claro que não pode haver interpretação

sem *pressupostos*. Mas é possível fazer que esses pressupostos funcionem de maneira positiva. Eles são co-naturais ao modo de ser existencial do intérprete. Apenas convém que este não se afaste do *tema* a interpretar, e não deixe que, em tais pressupostos, se intercalem as opiniões do "vulgo". Se assim fizer, poderá aceder a uma interpretação *rigorosa*. O *rigor* da interpretação pode até ser mais elevado do que aquele que ocorre nas matemáticas. Heidegger defendeu estes pontos de vista <sup>(21)</sup>. E Gadamer explicou a questão: *não compreendemos melhor do que o autor se compreendeu a si mesmo, mas de outro modo* <sup>(22)</sup>. Ora este outro modo pode de facto ser rigoroso. Se existencialmente profícuo e se refinado pela voz da Tradição. Se se considerar num texto a sua "ambição de verdade" <sup>(23)</sup>.

FÍLIAS — Pois eu defendo algo de diferente. O intérprete pode de facto compreender um texto melhor do que o próprio autor. Porque pode consciencializar aquilo que nele partiu, pelo menos em alguns aspectos, duma *criação inconsciente*. Era isso o que afirmava Schleiermacher. E já o venerável Kant defendia uma posição análoga <sup>(24)</sup>.

SOFIA — Ora ora!... Mas afinal vocês apenas invocam *argumentos de autoridade!*...

FÍLIAS — E que tens feito tu, Sofia?!

SOFIA — Tenho-os usado muito menos do que vós! Com certeza me concedereis isso... De qualquer modo: vocês estão em desacordo um com o outro.

FÉNON — Lá isso é verdade! Já por várias vezes te recordei esse facto...

SOFIA — Eis aí mais uma prova de que algo anda mal no reino da interpretação. Vocês nem sequer concordam quanto ao que significa "interpretar"! Nem de "interpretar" fazem uma interpretação unívocal!...

FÍLIAS — Isso é uma fuga ao assunto, Sofia!

FÉNON — Eu direi mesmo: *uma fuga capciosa!*...

---

<sup>(21)</sup> *El ser y el tiempo*, ed. cit., parágrafo 32, pp. 171-2.

<sup>(22)</sup> Hans-Georg Gadamer, *Vérité et méthode* (1960), trad. do alemão por Etienne Sacre, Seuil, Paris, 1976, p. 137.

<sup>(23)</sup> Cf. Gadamer, *ibid.*

<sup>(24)</sup> Kant, *Crítica da razão pura*, ed. cit., pp. 658-9.

### III

## OS CÍRCULOS HERMENÊUTICOS

SOFIA — Olha o nosso amigo Suspício!... Ainda bem que apareces... Cá está mais um que não concorda com a vossa interpretação de "interpretar"!

SUSPÍCIO — Claro que não! Conheço a perspectiva deles. E julgo saber mais ou menos qual a tua tese sobre o assunto. Encontrei Hermes há pouco. Deu-me conta da conversa que tiveste com ele. Não resisti a vir até aqui. Até porque com Hermes nunca se sabe... Tanto pode dizer como desdizer... É um *puro espírito da metamorfose*. Oculta-se sob os mais incríveis *heterónimos teóricos*. Mas enfim!... Se tomar por verdadeiro aquilo que ele me disse, admitirei que a Sofia tem o seu quê de razão.

FÊNON — Ouvir isso de ti é curioso, Suspício!... Então não defendes tu que em tudo que é do domínio da consciência há o patente e o latente, o oculto e o mostrado, o simulado a par do manifesto? Sofia tende a negar isso, se bem percebo. E se bem percebo ainda, é nessas oposições que tu baseias a prática interpretativa como *exercício da suspeita e da desmistificação*.

FÍLIAS — Além de que, amigo Suspício, essa prática interpretativa será improcedente se não admitires a existência duma *consciência supostamente não mistificada* — aquela que precisamente possibilitará a desmistificação. Duvidas da consciência em geral, mas julgas poder triunfar sobre essa dúvida. Também tu, enfim, terás de te submeter ao mito da *plena luminosidade* (como dirá a nossa amiga Sofia!).

SUSPÍCIO — Tanto Nietzsche, como Marx, como Freud, embora cada qual a seu modo, defenderam o ponto de vista que subscrevo <sup>(25)</sup>. Se as manifestações de consciência são distorçoras,

---

(25) Cf. Paul Ricoeur, *De l'interprétation...* ed. cit., pp. 40-44. A interpretação de "interpretação" como "redução das ilusões e das ficções da consciência" (protagonizada pelos autores referidos), opõe Ricoeur uma outra: a "interpretação" concebida como prática que visa colher ou restaurar o sentido dos textos (ao nível da *exegese bíblica*, vg.). Esta última perspectiva, obviamente, era adoptada pelos filólogos, assim como por Schleiermacher ou Dilthey (ainda que sob pressupostos ou tácticas nem sempre coincidentes).

é preciso denunciá-las. E isso é possível. Essa possibilidade decorre da própria possibilidade de constatar que elas são distorcidas. Por outro lado, é óbvio que, assim sendo, as oposições que Fénon referiu há pouco, são oposições reais. Neste aspecto discordo de Sofia.

SOFIA — Muito bem! Insisto novamente num facto que já referi, e que Suspício me permite agora reforçar. Vocês não concordam efectivamente quanto à interpretação do termo "interpretar"! Filias e Fénon entendem que a tarefa da hermenêutica consiste fundamentalmente em *reproduzir ou restaurar o sentido dos textos*. Suspício, por seu lado, entende que tal sentido é o mais ddas vezes um sentido *alienante* ou *mistificador*. Por isso à hermenêutica competirá *denunciar*. Todos concordam, no entanto, num ponto: que é possível *uma interpretação objectiva*. O *mito da luminosidade plena* é aquilo que todos vós professais<sup>(26)</sup>. É contra ele que eu me insurjo. Repito-o de novo. Em boa hora apareceste, Suspício!... Tentei por todos os meios contactar-te para estares presente no nosso encontro. Não o consegui... Hermes acabou afinal por ser o mensageiro!...

SUSPÍCIO — É verdade! Até o destino é irónico, pelos vistos... Mas revertamos ao assunto! Presumo que ao adoptares o teu ponto de vista, tu mesma te intrometes numa contradição que impermite dizeres aquilo que dizes. Afirmas que todos nós incorremos no mito da plena luminosidade interpretativa. Muito bem! Ao defenderes essa tese, estás a interpretar as nossas posições hermenêuticas. E essa tese só será válida se essa interpretação for *objectiva*. Objectiva no sentido de verdadeira... Portanto, estás a supor que há pelo menos algumas interpretações objectivas — aquilo que por outro lado negas. Não haverá em tudo isso, da tua parte, uma certa *má consciência*?

---

(26) Cf. Paul Ricoeur, *ibid.*, a propósito de Nietzsche, Marx e Freud: todos eles "abrem o horizonte para uma fala mais autêntica, para um novo reino da Verdade, não só através duma crítica "destruidora", mas através da invenção duma arte de *interpretar*. Descartes triunfa da dúvida acerca das coisas recorrendo à evidência da consciência; eles triunfam da dúvida sobre a consciência recorrendo a uma exegese do sentido." (pp. 41-2). E ainda: todos eles "começam pela suspeita relativa às ilusões da consciência e prosseguem adoptando o estratagema da decifração; os três autores, finalmente, muito longe de serem simples detractores da 'consciência', têm em vista uma extensão dela." p. 43).

SOFIA — Concedo metodicamente — se o mesmo concederes relativamente ao que acabas de proferir. Como podes tu afluir a uma indispensável *consciência recta, límpida e não distorçora* que te permita *desmistificar* interpretativamente? Se duvidas da consciência em geral, porque não duvidas da tua mesma em particular? De que critério de *hegemonia* ou *pureza* dispões tu para ela? Ora eu mantenho que não existe pureza interpretativa. Não existe de facto rigor ou objectividade. E não obstante posso afirmar isso sem contradição. Porque não estou a apresentar uma tese *da* hermenêutica. A minha tese é *sobre* a hermenêutica. Com ela questiono as condições de possibilidade dessa disciplina, tendo em conta, apesar das divergências que existem quanto à sua concepção, a *intencionalidade dominante* que a ela preside. Estou a operar a nível transcendental. Estou na situação do céptico que, apesar de o ser, pode enunciar sem contradição *a seu tese céptica*. Russell mostrou, com um rigor lógico inexcelsível, como nisso não há falácia alguma <sup>(27)</sup>. Da mesma maneira a minha tese: ela é perfeitamente enunciável!

Concedo que não há consciência capaz de se auto-caucionar sem eventuais distorções. Mas exactamente daí é que eu parto para afirmar o meu ponto de vista. Opero de facto a nível transcendental. E até poderei, em último reduto, admitir que incorro numa interpretação não objectiva a respeito das posições que defendeis. Por paradoxal que pareça, isso acaba por reforçar a tese que tenho vindo a defender. Posso de facto conceder: eu mesma não tenho acesso a uma *luminosidade total*.

SUSPÍCIO — Decerto não esperas que te diga que me convenceste!... Mais uma vez acabaste de cair em contradições...

FÍLIAS — Até falaste em *intencionalidade*, Sofia!... Não incriminaste já a minha posição por recorrer à intenção do autor de um texto? Como podes invocar uma coisa muito mais etérea: *a intencionalidade dominante da hermenêutica*?

FÉNON — Além de que em tudo o que dizes, amiga Sofia, partes de *concepções prévias* que são as tuas e não as nossas. Partes de algumas leituras que fizeste — de leituras um tanto apressadas, quanto me é dado ver.

---

<sup>(27)</sup> Cf. Bertrand Russell (colab. com Whitehead), *Principia Mathematica* (1910), Vol. I, Cambridge University Press, Cambridge, 2.<sup>a</sup> ed., 1925, p. 38.

SOFIA — Posso admitir tudo isso, Fénon! Admito mesmo, por uma questão de método, as observações de Filias e Suspício. Passarei então a invocar um motivo mais forte. Um motivo, digamos, *técnico*. Com ele espero que a minha tese fique mais fundamentada.

FÍLIAS — Nada de pretensiosidades, Sofia!... Bem vistas as coisas, ainda não fundamentaste nada...

SUSPÍCIO — O "mais" com que te exprimiste está de facto a mais...

FÉNON — Espero que finalmente sejas um pouco mais rigorosa. Caso contrário as tuas posições ficarão eternamente "ocultas". Isto sem ofensa...

SOFIA — Pois bem! Falarei do *círculo hermenêutico*.

Segundo o modelo adoptado por Filon, esse círculo tem a ver com a relação entre cada uma das partes de um texto e o seu todo (todo que inclui mesmo o contexto de outros textos...). Só podemos compreender as partes em função do todo e vice-versa<sup>(28)</sup>. Mas como poderemos, assim, apreender o sentido do próprio todo se o temos de invocar para compreender uma parte, quando, por isso mesmo, nunca é com o todo que efectivamente lidamos? Paul Ricoeur viu bem este problema: o sentido do todo de um texto, mantém ele, só pode ser *conjecturado*<sup>(29)</sup>. Também admito que sim! Mas então... Então não se pode confundir uma conjectura com uma asserção. Se o círculo hermenêutico nos intrmete no espaço da conjectura, à interpretação só pode ser conferido *um estatuto hipotético*. Lá se vai ao ar a pretensão a uma plena objectividade! Reparem bem que até para o domínio das ciências da natureza, aqueles que admitem que as leis são meras hipóteses conjecturais, do mesmo passo admitem que a todo o momento elas podem ser reformuladas<sup>(30)</sup>.

---

(28) O círculo referido teria sido consciencializado primeiramente, no quadro da Filologia, por F. Ast, como ocorrendo ao nível da relação parte-todo — enquanto Spinoza tinha considerado problema análogo, mas incidente apenas sobre a relação parte-parte (cf. Tzvetan Todorov, *Symbolisme...*, ed. cit., p. 149). Sobre o círculo hermenêutico em Schleiermacher, ver Wilhelm Dilthey, "Origines...", ed. cit., pp. 147-8.

(29) Cf. Paul Ricoeur, *Teoria da interpretação*, ed. cit., pp. 86-9.

(30) Ver Rudolf Carnap, *The Logical Syntax of Language* (1934), trad. do alemão por Amethe Smeaton, Routledge and Kegan Paul Ltd, London, 6.ª ed. (com correcções), 1964, pp. 318-322.

Por outro lado, segundo o modelo interpretativo adoptado por Fénon, ocorre também um *círculo hermenêutico* na medida em que se afirma que devemos compreender antecipadamente aquilo que há que interpretar. O *sentido do texto*, que de algum modo devia ser um termo de chegada, torna-se assim um incontornável ponto de partida. Como bom discípulo de Heidegger, Fénon poder-me-á dizer que, sendo esse *círculo vicioso* inarredável, o que se deve é *entrar nele correctamente*, não se deixando, nomeadamente, que as opiniões do "vulgo" se intercalem na interpretação<sup>(31)</sup>. Admitamos isso! Se não se intercalam as opiniões do "vulgo", intercala-se a voz da *Tradição*... Admitamos isso que aí mesmo é que reside o busilis. Como é que se pode então falar na possibilidade duma interpretação *rigorosa*? Será rigorosa se se adequar aos designios existenciais do próprio intérprete? Se se adequar à "epocalidade" duma Tradição tida por boa ou "original"? Interviria aí, pelo menos, um conceito muito pouco rigoroso de "rigor". Ou então: cai-se num puro *pragmatismo transcendental*. Nada tenho contra ele, devo dizer! Somente que, tal se me afigura, com isso se neutraliza qualquer ideia plausível de *rigor*. Quase se pode afirmar: tudo é permitido ao nível da interpretação!

Finalmente, consideremos o modelo adoptado por Suspício. A questão que se coloca é esta: se o *logos* é por natureza mistificador, que *logos* poderá desmistificar essa mistificação? Só um *logos* ele mesmo também mistificador. E eis de novo um inultrapassável círculo vicioso!... Em função de quê se interpreta? Qual o critério que permite validar a expressão: "eis aqui uma asserção que finalmente não é mistificadora, não alienante, não dissimuladora!?" Não vislumbro saída plausível para este problema.

---

(31) Cf. Heidegger, *El ser y el tiempo*, ed. cit., parágrafo 92. A circularidade, agora, decorre da *Tradição* em que se situa o intérprete ou dos conteúdos inerentes à sua *temporalidade "fáctica"* — factores não elimináveis. Heidegger indica mesmo que a circularidade referida afecta "o conhecimento historiográfico", pondo assim em causa, expressamente, as pretensões típicas da "exegese filológica". O dado fundamental é que, segundo o filósofo, o homem, enquanto "ser-no-mundo", tem "uma estrutura ontológica circular." (p.172). Por tudo isto: "Qualquer interpretação que aduza compreensão, deve ter compreendido antecipadamente aquilo que se trata de interpretar." (p.170). O que só é plausível se acaso, como defende Heidegger, se admitir que existem vários graus de "compreensão"...

Rolland Barthes afirmou algo que pode vir a propósito: "há uma concordância estrutural entre as formas contestantes e as formas contestadas." (32). O próprio Nietzsche, de resto, sugeriu algo de semelhante, ao falar na lógica do "espírito reactivo": aquele que reage, é contaminado pelo modo de ser daquilo contra que reage! Digamos que: nunca é com *boa consciência* que se pode suplantar uma *má consciência*. O ideal da *pureza interpretativa*, realmente, só poderia executar-se no vácuo. Nunca por relação ao que quer que seja...

Em suma, e perante tudo isto. Qual é afinal, meus amigos, o vosso critério para a *plena luminosidade* interpretativa? Como podereis saber que já desocultastes todo o oculto, exteriorizastes todo o interior dos textos, ou tornastes ostensivo o que neles está dissimulado? Às vezes chego a pensar que ainda viveis no *século das Luzes!*

FÍLIAS — Não exagereis, Sofia!... Eu admito perfeitamente, contra aquilo que tens vindo a sugerir, que qualquer compreensão, logo qualquer interpretação, é sempre relativa e sempre imperfeita. Assim dizia Dilthey, aliás comentando o facto do círculo vicioso no modelo hermenêutico de Schleiermacher (33).

FÉNON — Eu posso manter algo de análogo, embora por razões diversas das de Filon.

SUSPÍCIO — E também eu posso, porque não? Sofia, mais uma vez, sofismou abundantemente sobre a minha posição. Posso de facto sustentar algo de análogo àquilo que disseram Filias e Fénon. Nietzsche afirmou de resto uma frase muito significativa: "o mundo, para nós, voltou a tornar-se infinito, no sentido em que não lhe podemos recusar a possibilidade *de se prestar a uma infinidade de interpretações.*" (34).

SOFIA — Ainda bem que todos defendeis algo de muito semelhante!... Admitamos que é verdade tudo quanto acabais de

---

(32) Rolland Barthes, *O prazer do texto* (1973), trad. do francês por Maria Margarida Barahona, Edições 70, Lx, 1974, p. 101.

(33) Cf. Wilhelm Dilthey, "Origines...", ed. cit., p. 148. Ver também Tzvetan Todorov, *Symbolisme...*, ed. cit., p. 156: Schleiermacher admitiria existir uma dimensão *infinita* do sentido dos textos.

(34) F. Nietzsche, *A gaia ciência*, trad. do alemão por Alfredo Margarido, Guimarães & C.ª Editores, Lx, 2.ª ed., 1977, p. 287.

dizer! Se o for, onde está a *verdade* ou a *objectividade* de qualquer interpretação?

SUSPÍCIO — Pela minha parte tenho uma suspeição infinita relativamente à noção de verdade. Invoco Nietzsche mais uma vez. Recordo o que ele disse acerca dessa noção: "Já não acreditamos que a verdade continue a ser verdade sem os seus véus — vivemos demais para isso. Fazemos agora uma questão de decência de não querer ver tudo nu, de não assistir a tudo, de não procurar compreender tudo e tudo 'saber'." (35).

Por outro lado, acrescentarei que para mim a noção de objectividade carece de sentido: o que há, se quiseses, é *perspectivas de objectividade*...

Em suma! Como podes ver, amiga Sofia, não interpretaste bem a minha posição...

FÍLIAS — Bom! As perspectivas agora aduzidas por Suspício nada têm a ver com aquilo que defendo.

FÉNON — Eu não posso dizer rigorosamente o mesmo que Filias, embora também não o mesmo que Suspício. *Em rigor*, sublinho... O que afirmo é que a verdade é algo que *simultaneamente se dissimula e se manifesta*. Tal como o Ser, de resto (36).

SOFIA — Mas esse "simultaneamente" acaba por me dar razão, Fénon!... Implica que nunca seja o que for acede a uma *plena luminosidade*.

FÍLIAS — Se bem "interpreto", temos vindo a incorrer num erro gravíssimo. Estamos por vezes a usar as mesmas palavras com sentidos diferentes. Assim corremos o risco de nunca nos chegarmos a entender definitivamente.

SOFIA — Lá isso é verdade!

FÉNON — De facto...

SUSPÍCIO — É verdade.

FÍLIAS — Mas então o que acabamos de proferir significa que todos nos estamos a compreender objectivamente!

---

(35) *Id.*, pp. 14-5.

(36) Tese defendida por Hendegger, nomeadamente em *Lettre sur l'humanisme* (1947), trad. do alemão por Roger Munier, Aubier, Montaigne, Paris, nova ed. revista, 1964 (sobre o Ser). Sobre a Verdade: cf. "De l'essence de la vérité" (1954), trad. do alemão por Alphonse de Waelhens e Walter Biemel, in *Questions I*, ed. cit., pp. 161-192.

SOFIA — Não! Não é verdade... Significa que compreendemos finalmente que nos estamos a desentender.

FÉNON — Lá isso é verdade!

FÍLON — É verdade.

SUSPÍCIO — É verdade.

SOFIA — Pois é...

## IV

### EPÍLOGO

HERMES — Então, Sofia?

SOFIA — Escutaram-me atentamente. Mas não me chegaram a dar razão... Nem Suspício!... Suspício, como sabes, também se juntou a nós no *Botânico*.

HERMES — Pois é claro que eles não te podiam dar razão! Eu já sabia que isso iria suceder... Só não te quis desmotivar... Entre vós há uma *incomensurabilidade de pontos de vista*!

SOFIA — É isso! Além de que os Diálogos já não podem ser como no tempo de Platão... Já ninguém praticamente acredita em *essências*... E mesmo na Razão!...

HERMES — Ora aí está, Sofia!... Mas resta ainda um pormenor. "Em princípio" tu não poderias defender a tua tese sem caíres em auto-contradição enunciativa!... Com certeza te apontaram isso...

SOFIA — Pois apontaram... Lá tentei contra-arguir... Mas reconheço que não fui muito convincente. De resto tenho a impressão que apenas falei comigo mesma... Tenho a sensação de que escrevi um curto *Ensaio*, com personagens imaginários em vez de citações, sem conseguir escapar ao recinto da minha subjectividade... Deve-se isso talvez à *ilusória lógica do espelho*. Os argumentos aparecem-me, mas quando os escuto *parecem-me só aparentes*... Nem sei mesmo, em última análise, se aparecem ou se perecem...

HERMES — Isso é natural, Sofia... Esse sentimento tenho eu frequentemente! É próprio daqueles que simulam ser dogmáticos sem de facto o serem. Ou daqueles que de facto o são para os outros, mas para si mesmos perseguem o *indeterminado da metamorfose*. Julgo que te encontras nesta última situação. Con-

cebeste uma tese que para ti mesma é *sedutora*. Temo porém que ainda não esteja suficientemente amadurecida. Pelo menos ao nível da fundamentação!

SOFIA — Talvez tenhas razão. Ou talvez não... O certo é que tenho ainda alguns problemas a resolver. Preciso de afinar melhor certos argumentos... Mas mantenho a minha tese! Até porque eles também não me conseguiram rebater *vitoriosamente*. Não se dirimiu o tema segundo uma pura *ordem de razões*... Praticou-se frequentemente, de parte a parte, a *ignorância da questão*. Para não falar no uso e abuso de argumentos *ad verecundiam*...

HERMES — Isso é o que mais frequentemente sucede nos diálogos, Sofia! E então nas discussões... Compreendes agora por que já não sou o mensageiro... Nem sequer te alertei para algumas dificuldades que irias enfrentar... Fiz isso intencionalmente. Tu poderias não me interpretar de modo correcto!

SOFIA — Compreendo perfeitamente, Hermes! Talvez a essência do pensamento seja a *inconclusão*... Mas não falemos agora mais no assunto. Até à próxima! Tenho ainda muito que *meditar*!

HERMES — Disseste uma bela palavra, Sofia!... *Meditar é que é preciso*! Talvez ainda mais do que interpretar. E mais ainda do que conhecer. Até à próxima!

Porto, 1989

*Adélio Melo*